

O Congresso se reabilita

A ressalva inicial é pertinente porque experiências anteriores, nos poucos momentos, nas últimas décadas, em que a sociedade brasileira chegou a se entusiasmar com a atuação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal terminaram quase sempre em amargas decepções, o que só serviu para aumentar a descrença da população nos políticos e na atividade política.

Assim, se o entusiasmo e o senso de responsabilidade exibidos agora por deputados e senadores não forem passageiros, frutos do medo de que a instituição parlamentar acabe também atingida pela turbulência política que mantém o País tenso e angustiado e perca mais pontos na sua já baixa credibilidade, a crise originada pelas denúncias de Pedro Collor de Mello contra Paulo César Farias já gerou pelo menos um efeito altamente positivo: a mudança de comportamento do Congresso Nacional.

De repente, Câmara e Senado, que se caracterizaram nos últimos anos por uma apatia crônica, uma quase total indisposição para o trabalho, despertaram para suas responsabilidades e encheram-se de brio. Nas últimas três semanas, enquanto o Palácio do Planalto — e, por extensão, praticamente toda a Esplanada dos Ministérios — permanecia perplexo e semiparalisado pelas denúncias contra PC Farias, o Congresso desentocou uma série de projetos de grande importância para a economia brasileira e que estavam paralisados há tempos em suas gavetas, alguns há mais de um ano. É o caso, para citarmos somente um deles, do projeto da nova lei dos portos, aprovado na Câmara e já tramitando no Senado.

que, uma vez promulgada, poderá dar um grande impulso às exportações brasileiras ao reduzir substancialmente seus custos financeiros e burocráticos.

Além do mais, Câmara e Senado, antes mesmo da iniciativa anunciada pelo presidente Collor em seu discurso de segunda-feira, decidiram suspender o inexplicável recesso constitucional de julho (será que não bastam os dois meses de desconto do final do ano?). Não só para que a CPI do PC possa continuar investigando as denúncias contra o empresário alagoano e suas eventuais ligações com o presidente, e encerre o mais rapidamente possível esta crise, mas também para que a discussão e votação de várias outras medidas de urgência para a economia nacional, como a reforma fiscal, o código de propriedade industrial, a isonomia salarial dos três poderes, o financiamento da Previdência Social, não sejam ainda mais retardadas.

Com isso, o Congresso, mesmo com as revelações cada vez mais desconfortáveis para o governo que surgem na CPI, está contribuindo para que a crise política não se transforme numa crise de governabilidade. A sociedade brasileira está enfrentando a crise com serenidade — apesar do natural nervosismo — porque já percebeu que há instituições como o Congresso cumprindo o seu papel e que, qualquer que seja o desfecho das investigações efetuadas pela CPI, não há espaço para aventuras ou soluções anticonstitucionais.

Submetidas a uma dura prova, as forças políticas e a sociedade brasileira estão demonstrando que aprenderam rapidamente a praticar a democracia.